

Aconteceu

Luiza Bracciali/Visão

Renan Calheiros rompe com Collor

As fraudes nas eleições ao governo de Alagoas, sob o olhar omissivo de Collor, levaram o deputado Renan Calheiros (PRN) a romper com o governo, de quem era líder na Câmara. Calheiros, candidato a governador em Alagoas, se disse traído pelo presidente, a quem acusa de ter se afastado "da sociedade e dos compromissos de campanha". Segundo Calheiros,

Collor rompeu um acordo entre ambos que previa a substituição dos juizes do TRE em fim de mandato apenas depois do julgamento da fraude. Collor substituiu o juiz Humberto Eustáquio (o que atuou com maior rigor na apuração das fraudes) por Clemente Rizo, que compareceu à sua posse acompanhado de um advogado do adversário de Calheiros. (página 3)



Calheiros: críticas ao presidente

ONGs rejeitam política indigenista do governo

Dez organizações não-governamentais de apoio ao índio divulgaram nota criticando o relatório do Grupo de Trabalho Interministerial que defi-

ne proposta de política indigenista. A nota diz que são "inaceitáveis" as recomendações sobre a emancipação dos índios. As entidades acusam o

GTI de excluir no relatório as sugestões que enviaram, embora tenha citado nominalmente todas elas e nomes de pessoas consultadas. (página 10)

Sargento preso em 1972 acusa Tuma de participar de tortura

O sargento reformado da Aeronáutica Gilberto Castilho disse que foi espancado por Romeu Tuma quando estava preso nas dependências do DOI-Codi, em 1972. A acusação ao diretor-geral da Polícia Federal foi feita durante depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito da Câmara Municipal de São Paulo que apura o caso das ossadas encontradas numa vala clandestina no cemitério Dom Bosco, em Perus. Castilho citou também os nomes de dois secretários de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo — Cláudio Lembo e o coronel Coutinho — e o juiz de futebol Dulcídio Boschilia. (página 3)

Objetivo do governo é esvaziar movimento ecológico, diz jurista

O jurista e economista Roberto Santos diz que o governo Collor está desenvolvendo um processo de esvaziamento do movimento ecológico. Ele diz que Collor se utiliza de uma "retórica conservacionista" ao mes-

mo tempo que encaminha mensagens ao Congresso para atividade empresarial na Amazônia. As declarações foram feitas no seminário "A desordem ecológica na Amazônia", em Belém (PA). (página 4)

Filho de sindicalista rural assassinado sofre ameaças

Francisco Lan, tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ), está sendo sondado e ameaçado, assim como aconteceu com seu pai, Sebastião Lan, poucos dias antes de ser assassinado por pis-

toleiros em junho de 1988. Francisco denunciou ao delegado Ivo Graça, diretor do Departamento de Polícia do Interior, que pessoas estranhas rondam a fazenda Campos Novos, onde vive como posseiro. (página 7)

Governo faz "tarifaço"; sobem os combustíveis e a energia

O governo Collor fez o segundo "tarifaço" em sete meses e meio de administração (o primeiro foi em 16 de março). Entraram em vigor no dia 8 reajustes superiores a 20% para vários produtos e serviços que continuam com seus preços controlados. O pão teve um aumento de 20%; os combustíveis foram majorados em 29,63% em média; a energia elétrica ficou 23% mais cara; as tarifas de ônibus interestadual e internacional subiram 27%, e o álcool e o açúcar, para o produtor, 26,82%.

"Tarifaço" é a versão brasileira de "tarifaço", expressão consagrada pelos jornais de países de língua espanhola quando uma forte elevação das tarifas e preços públicos é decretada. Seu uso se consolidou em 9 de julho de 89, quando o presidente argentino, Carlos Menem, um dia depois de tomar posse, decretou um pacote econômico com reajustes de 600% nas tarifas de gás, eletricidade, combustíveis e transporte.

O reajuste dos combustíveis é o sexto no governo Collor, totalizando 209%. No ano, já subiram 1.117%. Segundo Edgard Pereira, secretário Nacional de Economia, o novo aumento é suficiente para "absorver o choque do petróleo", decorrente da crise no golfo Pérsico.

Nos estados que cobram 18% de ICMS (SP, MG, BA e SE), o pre-

Fipe: inflação irá à 17% em novembro

O "tarifaço" baixado pelo governo vai causar uma alta da inflação de um ponto percentual, nos próximos 30 dias. A avaliação foi feita pelo coordenador da pesquisa do Índice de Preços ao Consumidor da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe), Juarez Rizzieri, ao divulgar a taxa de inflação de 15,83% apurada pela entidade em outubro e de 17,41% pelo método ponta-a-ponta, que compara preços da última semana de outubro com os da última de setembro. (*O Globo*, 09/11/90)

ço do litro da gasolina passou de Cr\$ 58,50 para Cr\$ 74,50 (27,35%); o de álcool, de Cr\$ 43,90 para Cr\$ 56,10 (27,79%); o de diesel, de Cr\$ 27,70 para Cr\$ 35,70 (28,88%). O botijão de gás de cozinha foi fixado em Cr\$ 413,90, nos revendedores, e em Cr\$ 463,60 a domicílio (28,6%). Exceto o preço do diesel, os demais incluem o IVV de 3%. (*Folha de S. Paulo*, 08/11/90)

PT requer auditoria da dívida

O Partido dos Trabalhadores ingressou no dia 6 no Tribunal de Contas da União (TCU) com uma representação em que solicita que seja feita uma completa auditoria na dívida externa brasileira. "O PT pretende que o TCU ponha a nu para a população brasileira todos os fatores que levaram o País a esse endividamento", disse o presidente nacional do partido, Luís Inácio Lula da Silva, depois de entregar representação ao presidente do tribunal, ministro Adhemar Ghisi.

Na solicitação que fez ao TCU, o PT relaciona uma série de questões

que gostaria de ver esclarecidas através da auditoria, tais como: um levantamento de todos os atos jurídicos, contratos, normas e regulamentos baixados pelos poderes constituídos de 1967 e 1989; a legalidade e a legitimidade do primeiro acordo de escalonamento da dívida assinado com os credores; uma análise financeira profunda dos projetos desenvolvidos com os recursos externos; os totais gerais por credor e por categoria de contratos pagos nos últimos 22 anos. (*Gazeta Mercantil*, 07/11/90)

Aconteceu

Nº 554

20 de novembro a
4 de dezembro de 1990

CEDI Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129
22211 - Rio de Janeiro - RJ
Fone: (021) 242-8847
Av. Higienópolis, 983
01238 - São Paulo - SP
Fone: (011) 825-5544

Editor
Edmilson Zanetti
MTb 15.192

Editor de arte
Flávio Irala

Editores assistentes
Ângela Galvão
Beatriz de Moraes Vieira
Carlos Alberto Ricardo
Elie Ghanem
Fany Ricardo
Magali do Nascimento Cunha
Marita Regina de Carvalho

Secretaria de redação
Beatriz Araújo Martins

Diagramação
Marta Cerqueira Leite Guerra

Paginação
Alfredo Salvador Vieira Coelho

Fotolitos e impressão
Tribuna da Imprensa/RJ

Aconteceu é uma publicação quinzenal do CEDI que reúne notícias dos jornais de maior circulação no país — que não necessariamente estão reproduzidas na íntegra — e colaborações espontâneas dos leitores e entidades diversas. *Aconteceu* conta com a participação dos programas do CEDI: Povos Indígenas no Brasil (PIB), Movimento Camponês/Igrejas (MC/I), Educação e Escolarização Popular (EEP), Memória e Acompanhamento do Movimento Operário (MO) e Assessoria à Pastoral (Pp). As correspondências e assinaturas devem ser encaminhadas à redação: rua Santo Amaro, 129, CEP 22211 — Rio de Janeiro, ou por vale postal para a agência Largo do Machado nº 520845 — Rio de Janeiro — CEP 22221.

Assinatura anual
Cr\$ 700,00
Assinatura de apoio
Cr\$ 900,00
Assinatura exterior
US\$ 50

Renan rompe com Collor e o acusa de "traição"

O deputado Renan Calheiros (PRN-AL) renunciou ao cargo de líder do governo na Câmara, dizendo-se "traído" pelo presidente Collor, de quem era amigo pessoal. Segundo Calheiros, Collor "assumiu ares de infalibilidade e inflexibilidade" no exercício da presidência, levando seu governo ao total "isolamento".

A renúncia foi comunicada ao presidente em carta protocolada no Palácio do Planalto. Na carta, ele "devolve" o cargo e afirma que Collor afastou-se da "sociedade e dos compromissos de campanha". Calheiros diz que sua maior "decepção" foi com

"O presidente está ficando louco. Ele tem total desprezo pelo Congresso e precisa ser contido para não imitar Jânio. Collor não se ama, se inveja."

"Se o governo continuar nesse mar de lama, só surfista será capaz de descer a rampa do Planalto."

"Culpam Cabral pela zorra do governo, mas a culpa é do próprio Collor, que se recusa a receber deputados e senadores. Passarinho que se cuide."

"Collor preferiu o assédio dos inimigos da pátria. Isolou-se da classe média e dos descamisados." (Veja, 21/11/90)

a "omissão" do presidente diante da fraude eleitoral em Alagoas, "patrocinada e idealizada", segundo ele, pelo empresário Paulo César Farias, o "PC". Conforme Calheiros, integrantes do governo "se excedem nas festas" e as mordomias, que foram suprimidas legalmente, continuam a existir. Disse que acordos com empresas privadas garantem as "benesses" para integrantes do governo, "que não perderam os carros, as mansões e outros privilégios".

Calheiros, candidato ao governo de Alagoas pelo PRN, vem denunciando fraudes no primeiro turno das eleições e conseguiu que o TRE anulasse o pleito em cinco municípios, totalizando 79 mil votos (10% dos válidos). Logo após as eleições, ele apresentou ao presidente documentos "provando" as fraudes e ambos teriam combinado que os juízes do TRE em fim de mandato seriam substituídos apenas após o julgamento da fraude, para não atrapalhar o processo.

O acordo foi rompido por Collor, que substituiu o juiz Humberto Eustáquio — o que atuou com maior rigor na apuração das fraudes — por Cleantho Rizo, que compareceu à sua posse acompanhado por um advogado do adversário de Calheiros, Geraldo Bulhões (PSC). "Essa foi a gota d'água para a minha decisão de deixar a liderança", disse Calheiros. "O silêncio do presidente em relação à fraude é, no mínimo, comprometedor", afirmou. (Folha de S. Paulo, 18/11/90)

Pivô da crise

A base da divergência entre Renan Calheiros e Collor está na maior fraude eleitoral da história brasileira, que tem como protagonistas alguns dos melhores amigos do presidente: Calheiros, Geraldo Bulhões, Paulo César de Farias e Cleto Falcão, entre outros. Denunciada por Calheiros ainda na campanha, a fraude em Alagoas ganhou logo um mentor: o empresário Paulo César de Farias, o PC, eminência parda do Planalto. Chamado de "Al Capone" por Calheiros, PC teve seu nome envolvido em muitas denúncias de fraude. Em uma delas, foi acusado de montar um esquema em que, além da condução gratuita, os eleitores recebiam os títulos em casa para votar em Bulhões, para governador, e em Augusto César de Farias, irmão de PC, para deputado federal.

Calheiros também foi acusado de fraudador. Em Fleixeiros foi constatado que cerca de 300 votos foram preenchidos por uma mesma pessoa. Nessas urnas, Calheiros teve 355 votos contra 47 de Bulhões. (Jornal do Brasil, 18/11/90)

Sargento preso em 1972 acusa Tuma de tortura

Pela primeira vez, o diretor geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, é acusado de participação ativa em espancamento a um preso político. Ao prestar depoimento à CPI da Câmara Municipal de São Paulo que apura o caso das ossadas encontradas em Perus, o sargento reformado da Aeronáutica Gilberto Castilho disse que foi espancado por Tuma quando estava preso nas dependências do DOI-Codi, em 1972. Segundo ele, Tuma teria lhe dado um tapa e lhe batido com um pesado cinzeiro na cabeça. O sargento

citou os nomes de dois secretários de Jânio Quadros na Prefeitura de São Paulo — Claudio Lembo (Justiça) e o coronel Francisco Coutinho (Transportes) — além do juiz de futebol Dulcídio Wanderley Boschilia.

Castilho contou que, durante a semana de Páscoa, em 1972, alguns homens invadiram sua casa à procura de armas e planos. "Encontraram um método de datilografia e acharam que seqüências como ASDFG e HJKLÇ eram um código", disse. No DOI-Codi, o coronel Coutinho, "na época

capitão, perguntava-me se eu conhecia pessoas como o Lalau e o Alagoinha e eu negava porque não conhecia ninguém", rememora. Com as constantes negativas, dois homens teriam lhe dado tapas simultaneamente nas duas orelhas. Em seguida, perguntaram ao terceiro homem: "O que o senhor acha, doutor"? Segundo Castilho, o doutor era o então chefe do Dops, Romeu Tuma, que, após lhe dar um tapa no queixo para que suspendesse a cabeça, disse: "A verdade. Eu quero a verdade". (Jornal do Brasil, 08/11/90)

Jurista diz que governo esvazia o movimento ecológico

O governo Collor de Mello está desenvolvendo "um processo cientificamente de esvaziamento da liderança não-estatal do movimento ecológico brasileiro", disse no dia 31 de outubro o economista e jurista Roberto Santos, da Universidade Federal do Pará, no seminário "A Desordem Ecológica da Amazônia", em Belém (PA).

Roberto Santos, autor do livro *História econômica da Amazônia, 1800-1920* (São Paulo, Quatro, 1980), disse que através da nomeação de "personagens individualmente admirados pelo movimento ambientalista" — como o secretário nacional do

Meio Ambiente, José Lutzenberger — o governo "desenvolve uma retórica conservacionista". Ao mesmo tempo, diz, o governo Collor encaminha mensagem ao Congresso Nacional para restabelecer incentivos fiscais para atividade empresarial na Amazônia e tem novo ciclo de grandes projetos em gestação, como a estrada Acre-Pacífico.

O projeto de regulamentação do Fundo de Investimento do Nordeste (Finor) e do Fundo de Investimento da Amazônia (Finam) restabelece, segundo Roberto Santos, "o mesmo método de incentivos fiscais que prevaleceu no passado, inclusive a possi-

bilidade de o empresário optar pelo investimento de 50% do imposto de renda devido em projeto da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)".

O economista Roberto Santos acusa o governo de restringir o crédito agrícola, submeter o pequeno agricultor à burocracia do licenciamento ambiental do Ibama para abrir roças e definir o trajeto da rodovia Acre-Pacífico.

Procurado no início da noite do dia 31 em Brasília para comentar as acusações, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, não foi localizado. (*Folha de S. Paulo*, 01/11/90)

Garimpo: pesquisas para substituir o mercúrio

O governo da Alemanha vai liberar recursos a fundo perdido para pesquisas no Brasil como objetivo de substituir o mercúrio no garimpo de ouro, anunciou o ministro da Infra-Estrutura, Ozires Silva. Cerca de 40 milhões de marcos (quase Cr\$ 2 bilhões) devem ser liberados ainda este ano. Os trabalhos serão direcionados principalmente para a Região Amazônica.

Junto com as pesquisas, serão financiados postos de monitoramento

nas regiões de garimpo para a medição da intensidade dos efeitos do mercúrio sobre a saúde das pessoas e sobre o meio ambiente. O acordo com o governo da Alemanha deverá prever ainda recursos para a descontaminação dos rios poluídos com mercúrio.

O governo brasileiro tem interesse em apresentar os primeiros resultados do projeto já na Conferência Mundial sobre o Meio Ambiente (Eco-92), a ser realizada na cidade

do Rio de Janeiro em 1992.

Ao ser lançado nos rios após a lavagem do minério para a retirada do ouro, o mercúrio torna-se extremamente tóxico e tem efeito cumulativo para homens e animais que consomem a água dos rios contaminados. O Departamento Nacional de Produção Mineral estima que pelo menos mil toneladas de mercúrio já foram lançados nos rios da Amazônia, principal área de garimpo de ouro no Brasil. (*O Globo*, 01/11/90)

Estratégico

É cada vez maior a influência da Secretaria de Assuntos Estratégicos na discussão da política ambiental. A SAE, ex-SNI, quer coordenar os trabalhos da Conferência Internacional do Meio Ambiente, marcada para 1992. (*Folha de S. Paulo*, 01/11/90)

Duas óticas

Das quase 30 mil cartas internacionais que chegaram às mãos de Collor, cerca de 24 mil fazem um apelo: preservação das baleias. Também mostram preocupação com a situação dos ianomamis e a preservação da floresta amazônica. Já a maioria dos brasileiros que escreve para Collor está preocupada com emprego e habitação. (*Jornal da Tarde*, 26/09/90)

Governo vai mapear garimpos

O governo brasileiro vai fazer um levantamento de todos os garimpos e garimpeiros existentes no país para a implantação imediata de uma política nacional para o setor.

O levantamento será feito pelo Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), com a participação também da Polícia Federal, Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (CPRM), Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária e Secretaria Nacional do Trabalho. Também devem colaborar entidades estaduais, sindicatos, cooperativas e associações de garimpeiros.

O mapeamento completo terá um custo de Cr\$ 510 milhões e deverá estar concluído até 15 de janeiro do próximo ano, abrangendo 63 áreas de garimpagem, 1.280 pontos de garimpo e uma população estimada em 420 mil garimpeiros. A operação vai envolver 350 técnicos do governo federal, distribuídos em 48 equipes, e cada garimpeiro contactado vai receber do Departamento Nacional de Produção Mineral um certificado de cadastramento.

O governo espera com o levantamento acabar com a violência no setor, tendo controle maior também sobre a produção de ouro e da preservação do meio ambiente. (*Gazeta Mercantil*, 01/11/90)

Projeto pretende reflorestar 2,3% do Brasil até 2020

O Instituto de Estudos Avançados (IEA) da USP realizou no dia 30 de outubro na Cidade Universitária (São Paulo) um simpósio para discutir o Projeto Floram (Floresta e Meio Ambiente), que tem por ambição reflorestar 201.480 km² no Brasil, ou 2,3% do território. Participaram 180 pessoas. Na ocasião foi lançado o n.º 9 da Revista do IEA dedicado ao projeto.

Desenvolvido por cientistas inicialmente como um projeto ambiental, o Floram ganhou ênfase nos aspectos econômicos e sociais, como forma de garantir o replantio de árvores em áreas críticas. Isso ocorre por não ser o Floram um projeto do governo federal, mas para a aplicação em comunidades, governos estaduais e municipais, visando problemas localizados.

Segundo o consultor Werner Zulauf, os debates devem definir os meios de regionalizar o projeto segundo as necessidades de cinco diferen-

tes áreas do Brasil, com a criação de viveiros de plantas e a definição de áreas críticas de rearboração prioritária. Entre essas áreas estão o Nordeste, onde falta madeira para uso da população; o Rio Grande do Sul, onde a devastação está criando áreas desertas, e o eixo São Paulo-Rio de Janeiro, onde o corte de árvores compromete a qualidade dos rios e o abastecimento de água, disse o consultor florestal Leopoldo Brandão.

A julgar pelo relato dos coordenadores dos grupos de trabalho, avançou-se pouco na concretização. O simpósio representou um espécie de "endosso da sociedade" à iniciativa, segundo Jacques Marcovitch, diretor do IEA. Os relatores se limitaram a recomendações genéricas, como "aprofundar a consciência ambiental". Uma das poucas propostas concretas foi criar uma associação das universidades, para que elas assumam regionalmente um papel catalisador como o da USP.

O Floram pretende também resolver 10% do problema da emissão de dióxido de carbono, principalmente gás do "efeito estufa" (aquecimento progressivo da atmosfera). A área necessária equivale à superfície do Paraná, ou cinco vezes a da Suíça. Custo: US\$ 20 bilhões (mais de um sexto da dívida externa brasileira, US\$ 115 bilhões), em um prazo de 20 a 30 anos.

O grupo de trabalho correspondente apenas relacionou fontes possíveis, a maioria no Exterior, dando também destaque para o financiamento regional, até mesmo local. A palavra-chave do programa é "descentralização" — o que pode também ser entendido como uma dispersão institucional. Já para o deputado federal Fábio Feldman (PSDB), a reunião "põe em xeque o governo federal, que terá agora de dar uma resposta" ao projeto. (*Folha de S. Paulo*, 30 e 31/10/90)

Concluído mapa para zoneamento da Amazônia

Três dos quatro mapas que compõem a coletânea de cartas contendo as indicações para a elaboração do zoneamento ecológico econômico da Amazônia, realizada pela Sudam em convênio com o IBGE, já se encontram nas mãos dos técnicos da superintendência para a adaptação das diretrizes do Plano de Desenvolvimento da Amazônia às condições ambientais.

O trabalho envolve ocorrências florestais, geológica, de solos, além de outras características como clima e relevos, estas identificadas num quarto mapa chamado carta-síntese. Cada mapa revela os recursos naturais existentes, devendo orientar toda ação econômica e de preservação ecológica nos 5.217 quilômetros quadrados da Amazônia Legal.

A Sudam deve entregar o trabalho na próxima reunião do Condell, ainda em novembro. (*Gazeta Mercantil*, 09/11/90)

World Wildlife Found abre escritório no Brasil

Em dezembro, o World Wildlife Found (WWF) — a famosa organização internacional que congrega cerca de 4 milhões de sócios em diversos países e subsidia projetos preservacionistas — abrirá, no Brasil, um escritório com a finalidade de acompanhar mais de perto as atividades por ele desenvolvidas no país. A informação é do responsável pelo escritório do WWF nos Estados Unidos, Robert Buschbacker.

O WWF, com sede na Suíça e agências espalhadas em 23 países, também para facilitar os contatos no Brasil, escolheu um brasileiro, Garo Batmanian, para gerenciar os projetos em desenvolvimento no País. Ele trabalhará no escritório do WWF em Washington, onde estão centralizadas todas as atividades da diretoria de manejo florestal para qualquer parte do mundo.

Na manhã do dia 19 de outubro, Robert Buschbacker e Garo Batmanian estiveram no Instituto Brasi-

leiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), conversando com vários diretores do órgão. O objetivo da visita foi saber quais as áreas prioritárias de proteção ao meio ambiente em que o Ibama não está atuando e em quais o WWF poderia financiar projetos.

No Brasil, o WWF concentra sua atenção em projetos referentes à mata atlântica, floresta amazônica, pantanal mato-grossense e algumas áreas de cerrado. (*Gazeta Mercantil*, 20 e 22/10/90)

O Greenpeace também está se instalando no Brasil, abrindo escritórios no Rio e em São Paulo. Outra organização ecológica internacional, o Friends of the Earth (Amigos da Terra) vai realizar sua Assembléia Mundial em 91 no Brasil. (CEDI)

Sem terras ocupam obra da Eletrosul

Noventa famílias de ilhéus do rio Paraná estão acampadas na sede do canteiro de obras da Eletrosul, em Guafrá, no Paraná. Eles exigem a indenização de suas propriedades, alagadas pela formação do lago Itaipu e o desvio do rio para construção da usina de Ilha Grande.

O chefe do setor de engenharia da Eletrosul em Guafrá, Maurício Lopes, disse que os sistema Eletrobrás

decidiu "adiar" a geração de energia da usina para o ano 2000, "o que inviabiliza qualquer despesa para indenizar os ilhéus". Desde o início da obra, o governo federal já gastou Cr\$ 130 milhões. Lopes afirmou que os presidentes da Eletrosul e da Itaipu iriam se reunir em Florianópolis (SC) para tentar "uma solução para o impasse". (Folha de S. Paulo, 08/11/90)

Posseiro é morto na Bahia

O posseiro Nécio Maria dos Santos foi morto a tiros e seus companheiros Altamiro Oliveira e José de Jesus Tiago saíram gravemente feridos durante a tentativa de desocupação de uma fazenda da empresa Bahia Sul Celulose, no município de Eunápolis (BA). O conflito ocorreu quando 15 jagunços da empresa, acompanhados de dois soldados da Polícia Militar, tentaram expulsar, sem qualquer ordem judicial, cerca de 300 famílias que há mais de dois anos ocupam a área.

A ação dos jagunços surpreendeu os trabalhadores. Segundo a direção da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetag), o governo do estado estava negociando um acordo com a Bahia Sul Celulose, para que a empresa ficasse com 22 mil hectares onde planta eucalipto, cedendo

8 mil hectares para as 300 famílias de sem-terra que ocupavam a área.

A Fetag revelou ainda que mais dois conflitos de terras aconteceram na Bahia no final de outubro. Um, no município de Barra, na região Oeste, onde um grileiro conhecido como Vicentinho tentou expulsar 152 famílias de posseiros da Fazenda Curimatã. Outro, em Marau, na região Sul, onde o fazendeiro Vicente Magabeira incendiou oito casas e algumas roças para expulsar 30 famílias de trabalhadores rurais, que agora estão acampadas à margem da Estrada Marau-Ubaitaba.

Segundo a entidade, com a morte de Nécio já somam 16 os trabalhadores rurais assassinados este ano na Bahia em consequência de conflitos de terras. (Jornal do Brasil, 26/10/90)

Confronto entre PM e sem terra deixa dez feridos em SC

Oito pessoas foram presas, dentre as quais cinco menores de idade, e dez ficaram feridas em conflito entre PMs e sem terra em Abelardo Luz, no oeste de Santa Catarina, no dia 6. Os sem terra ocupavam a prefeitura à espera de uma audiência com o prefeito quando 80 policiais atiraram três bombas de gás lacrimogêneo. Os agricultores querem subsídios para alimentação e cadastramento das famílias no acampamentos. (Folha de S. Paulo, 07-08/11/90; O Estado de S. Paulo, 07/11/90)

Movimento dos sem teto ocupa área da igreja no CE

Oito mil famílias de trabalhadores ligados ao Movimento dos Sem Teto de Juazeiro do Norte (CE) ocuparam uma área da Diocese do Crato, onde estão acampadas, vivendo em situações extremamente precária. Exigem que o poder público municipal efetue a compra do terreno da diocese e solicitem o fornecimento de material para construção de suas casas. As famílias vêm sofrendo pressões dos "coronéis" da região, sendo que seis de suas lideranças foram processadas. (CPT/Volta Redonda, 10/90)

Governador de PE assina decretos de desapropriação

O governador de Pernambuco, Carlos Wilson, assinou no dia 6 dois decretos de desapropriação de fazendas em Crueiro de Surubim, no agreste do Estado. Os decretos põem fim a antigos conflitos pela posse da terra.

No início de novembro, quatro posseiros haviam sido feridos a bala numa ocupação de terras em Cruzeiro da Caiana, por homens armados que destruíram plantações e equipamentos de irrigação.

A desapropriação de 160 hectares em Bom Jardim e de 80 hectares em Surubim beneficiará mais de 600 colonos. Cercados de sindicalistas e trabalhadores rurais, o governador Carlos Wilson reconheceu que a medida chegou tarde. Ele espera, porém, que os decretos sirvam de exemplo como solução para tantos conflitos semelhantes no país. (O Estado de S. Paulo, 07/11/90)

Conflito causa morte de PM e lavradores no Maranhão

Dois lavradores e um soldado morreram e dez lavradores e um sargento foram feridos num conflito entre posseiros e a Polícia Militar no povoado de Vereda, em Barreirinhas (MA). Os policiais invadiram o povoado — onde vivem dezenas de famílias — para retirar os lavradores.

A PM afirmou que a desapropriação cumpria uma decisão judicial favorável a um fazendeiro conhecido como Jorge "Gato". Segundo a Sociedade Maranhense de Defesa dos Direitos Humanos, a PM não exibiu qualquer documento que comprovasse a desapropriação dos posseiros. Segundo lavradores, os policiais atearam fogo nas casas e desocuparam a área.

A entidade revelou que o lavrador Francisco Alves da Silva, baleado no peito e no braço, foi ameaçado de morte, quando se recuperava dos ferimentos em um hospital em São Luís. (Folha de S. Paulo, 28/10/90)

Filho de Sebastião Lan é ameaçado de morte

Gianne Carvalho/Imagens da Terra

O tesoureiro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cabo Frio (RJ), Francisco Lan — filho do líder sindical Sebastião Lan, assassinado por pistoleiros no dia 5 de junho de 1988 —, denunciou em audiência com o delegado Ivo Graça, diretor do Departamento de Polícia do Interior, a presença de pessoas estranhas rondando a fazenda Campos Novos, onde vive como posseiro. Ele está preocupado com sua segurança, porque o mesmo aconteceu dias antes da morte de seu pai. O secretário de Polícia Civil, Heraldo Gomes, se recusou a receber Francisco Lan.

Lan, de 20 anos, e Manuel Barbosa, que também trabalha no sindicato, têm sido observados por três homens em um carro, em repetidos mo-

vimentos de reconhecimento da área. O sindicalista já relatou os acontecimentos à promotora Glória Maria, do fórum de Cabo Frio.

Para acompanhar o julgamento dos acusados pelo assassinato do pai de Francisco, marcado para o próximo dia 23, foi formada a Comissão Sebastião Lan, constituída por representantes de partidos políticos e sindicatos de Cabo Frio.

Um dos acusados da morte de Sebastião Lan, José Cordeiro ou Zé Florzinha, já fora julgado por tentar matar o lavrador Benício Gomes Cordeiro, em 1978, mas não recebeu pena porque o juiz Edval Bastos Silva desclassificou o crime para lesão corporal e reconheceu a prescrição, pois já se passaram mais de quatro



Francisco Lan: nos caminhos do pai

anos entre o dia em que Zé Florzinha atirou no lavrador e o recebimento da denúncia. (*Jornal do Brasil*, 08/11/90)

Osmarino recebe ameaças em cartas anônimas

O seringueiro Osmarino Amâncio, secretário do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) e presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Brasiléia, no Acre, denunciou ter sofrido novas ameaças de morte junto com mais três membros da Aliança dos Povos da Floresta, entidade de defesa dos direitos dos índios e seringueiros. Três cartas anônimas foram encontradas nos dias 3 e 4 de novembro na sede do sindicato e na casa de dois dirigentes da entidade. Nelas, o autor assinala que foi contra-

tado para matar os quatro sindicalistas.

Durante a semana, três telefonemas foram feitos à sede do CNS em Rio Branco com o seguinte recado: Osmarino não vai passar com vida o Natal. As ameaças de morte foram relatadas dia 6 por Osmarino ao superintendente da Polícia Federal no estado, Luiz Gonzaga Netto.

O seringueiro Osmarino acusou fazendeiros e políticos da região ligados à União Democrática Ruralista (UDR) pelas ameaças que vem recebendo.

O juiz de Xapuri, Adair José Longuini, requisitou o reforço das Polícias Militar e Federal para o dia 12 de dezembro, quando devem ser julgados os fazendeiros Darly Alves da Silva e seu filho Darcy Alves Pereira, o Aparecido, pronunciados como mandante e assassino do líder sindical Chico Mendes. "As ameaças servem apenas para criar um clima de instabilidade que visa evitar a condenação de Darly e seu filho", afirmou Osmarino. (*O Estado de S. Paulo*, 07/11/90)

Sem terra ocupam sede do Incra por seis horas

No dia 25 de outubro, 150 trabalhadores sem terra do Paraná ocuparam por seis horas a sede do Incra em Curitiba, para pedir que o governo federal agilize a reforma agrária no país.

Segundo Roberto Baggio, da executiva estadual do movimento, existem quarenta fazendas no Paraná com decreto de desapropriação que ainda aguardam imissão de posse. (*Folha de S. Paulo*, 26/10/90)

Inquérito apura denúncia contra candidato do PRN no Paraná

A pedido da Procuradoria-Geral de Justiça do Paraná, o secretário de Segurança, Moacir Favetti, determinou dia 7 a abertura de inquérito para apurar denúncia contra o candidato do PRN ao governo do estado, José Carlos Martinez — líder das pesquisas eleitorais —, acusado de envolvimento na morte de posseiros no município de Assis Chateaubriand, no final dos anos 60.

A acusação contra o candidato do PRN foi feita pelo pistoleiro João

Ferreira, que afirmou ter sido contratado pela Colonizadora Norte do Paraná — empresa do pai de Martinez, Oscar Martinez —, entre os anos 1968 e 1972, para expulsar posseiros da propriedade a qualquer custo.

O secretário se encontrou com o diretor-geral da Polícia Federal, Romeu Tuma, e pediu acompanhamento do caso por um delegado federal. Também solicitou a intervenção da Procuradoria Geral da República no caso. (*Jornal do Brasil*, 08/11/90)

Bispo ataca edição pastoral da Bíblia

Em artigo divulgado pela revista católica *Atualização*, de Belo Horizonte, dom João Evangelista Martins Terra, bispo auxiliar do Recife, afirma que a *Bíblia Sagrada — Edição Pastoral* — publicada no começo do ano pelas Edições Paulinas e organizada pelo padre José Bortolini e dois outros teólogos de São Paulo — não passa de uma condenável leitura socialista de uma obra que, segundo a tradição, contém a palavra de Deus.

“O vocabulário usado na tradução da *Bíblia Pastoral* tem uma conotação marxista”, acusa o bispo pernambucano. Segundo dom Martins Terra, a Congregação Vaticana para a Doutrina da Fé irá tomar medidas contra a publicação da Bíblia Edição Pastoral. Martins Terra é perito da Comissão Bíblica Romana (departamento da Congregação para a Doutrina da Fé) e membro da equipe teológica do Conselho Episcopal Latino-Americano (Celam).

A Bíblia Edição Pastoral é uma tradução do texto sagrado feita para “simplificar a linguagem e facilitar a leitura para as pessoas das comunidades”, conforme Ivo Storniolo, assessor editorial para assuntos de Bíblia das Edições Paulinas e um dos responsáveis pela publicação. A tradução é acompanhada de comentários de rodapé, onde são abordadas as relações do texto sagrado com a realidade.

Guerra Santa vai acabar em Roma

A discussão entre o bispo Martins Terra e o padre Bortolini aumentou o fogo cruzado em que se envolvem as alas “conservadora” e “progressista” da Igreja Romano-católica no Brasil, e esse novo capítulo da guerra santa pode acabar num tribunal de Roma, para onde o texto publicado pela revista *Atualização* já foi enviado. Seu destino: a Congregação para a Doutrina da Fé, o antigo Santo Ofício dos tempos da Inquisição.

Recife — a cidade na qual dom Martins Terra é bispo auxiliar — transformou-se no epicentro dessa guerra. O padre Constante Danielewicz, também con-

servador, nomeado vigário pelo arcebispo da capital, dom José Cardoso Sobrinho, teve que ser empossado na Paróquia do Morro da Conceição com auxílio policial. A comunidade local havia ocupado a paróquia para tentar impedir a posse do padre Danielewicz, que substituiu o padre Reginaldo Veloso, um adepto da Teologia da Libertação, há treze anos no Morro da Conceição. O novo vigário só pôde assumir a paróquia depois que soldados da Polícia Militar arrombaram a porta da igreja, a pedido do arcebispo, expulsaram os fiéis e passaram a montar guarda na porta do templo. (Veja, 31/10/90)

Há erros na tradução do texto, segundo o bispo auxiliar de Recife, mas as maiores “distorções”, para ele, estão nas notas de rodapé, “onde se evidencia a interpretação sociológica com conotação marxista”.

O texto de Martins Terra, traz duras críticas à tradução da Bíblia. Para o bispo, o vocabulário apresentado na edição “revela a ausência quase total dos vocábulos bíblicos” e

“os poucos elencados são enquadrados dentro de um ‘jogo de linguagem’ alheio ao da revelação e da teologia bíblica”. Terra diz que a tradução não traz explicação sobre “termos tão fundamentais”, como alma, anjo, ascensão, batismo, céu, demônio, Deus, inferno e Espírito Santo.

O bispo afirma que o vocabulário privilegiado na tradução deriva de uma análise sociológica “de conotação marxista” e cita os termos alienação, auto-suficiência, cidade, comércio, conflito, corrupção, dominação, escravidão, exploração, lucro, oprimido, perseguição, pobre, poder, povo, repressão e riqueza, entre outros.

Apesar de toda a reclamação do bispo Martins Terra, a *Bíblia Pastoral* é um sucesso editorial. Desde que foi lançada, em abril, já vendeu mais de 100 mil exemplares. Está na terceira edição. A própria Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, a CNBB, autorizou a sua publicação — o chamado *imprimatur*. A autorização foi dada pelo bispo fluminense dom Vital Wilderink, o responsável pelo setor de catequese na CNBB. (Folha de S. Paulo, 25 e 30/10/90; Veja, 31/10/90)

Mais um lugar na fila

É normal que a Bíblia, como livro mais difundido no mundo, receba comentários nas suas diversas traduções. Frente às dificuldades na interpretação do texto, quanto maior o número de comentários que ela contenha, mais apreciada é a tradução.

Deste modo, são inúmeras as traduções com comentários, introduções, mapas, linha de tempo. O que se estranha é que exatamente esta tradução vire motivo de polêmica, como se todas as outras concordassem entre si e não contivessem “distorções”.

O que temos então, é algo maior. Não se condena uma tradução. Condena-se uma linha teológica, todo um projeto de Igreja, todo um movimento de renovação de fé e vida do povo latino-americano.

Lamenta-se enfim, que a condenação à tradução Bíblia Pastoral venha ocupar um lugar na longa fila das condenações à série Comentários da Bíblia, ao projeto Palavra e Vida (Clar) e até ao próprio direito de falar livremente... (Paulo Roberto Garcia/CEDI, 09/11/90)

Diálogo entre o judaísmo e o catolicismo pode avançar

O arcebispo australiano Edward Cassidy, presidente do Conselho Pontifício para a Unidade dos Cristãos e da Comissão Vaticana para as Relações Religiosas com o Judaísmo, esteve no Brasil para comemorar os 25 anos de divulgação do documento do Concílio Vaticano 2º "Nostra Aetate" (Nossa Época), que incentiva o diálogo entre o catolicismo e religiões não cristãs.

O arcebispo teve encontros com lideranças judaicas para discutir propostas sobre o diálogo religioso. Temas polêmicos foram debatidos, como o ressurgimento de focos de anti-semitismo no Brasil e o reconhecimento do Estado de Israel pelo Vaticano.

Cassidy participou de um culto em ação de graças no Colégio Sion, em Higienópolis (região central de São Paulo), promovido pela Comissão Nacional de Diálogo Religioso

Católico-Judaico, órgão da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A Comissão de Diálogo foi criada pela CNBB em 1981 e é composta de cinco representantes da comunidade judaica.

Para Cassidy, o reconhecimento do Estado de Israel é um problema do Secretariado de Estado do Vaticano e deve ser discutido entre os dois governos. Segundo ele, houve "progressos" nas relações entre judeus e católicos nos últimos 25 anos. Cassidy diz que o exemplo de diálogo obtido entre judeus e católicos no Brasil "deve ser repetido em outros países".

Ele afirmou que a Santa Sé, às vésperas do Concílio Vaticano 2º, eliminou da liturgia expressões que poderiam fortalecer "aspectos negativos" na relação entre judeus e católicos. Conforme o arcebispo, o avanço obtido no diálogo entre as

comunidades judaica e católica no Brasil e também em países como os Estados Unidos e Alemanha pode representar "um fim nas manifestações anti-semitas". "Vamos tentar superar alguns problemas do passado, que eram caracterizados pela falta de compreensão e por suspeitas entre as duas partes", declarou Cassidy.

Henry Sobel, rabino da Congregação Israelita Paulista e um dos coordenadores da Comissão Nacional de Diálogo Religioso Católico-Judaico, afirmou que a maior ameaça à paz mundial "é o fundamentalismo religioso e o resultante radicalismo político". Segundo ele, "não pode haver paz se não houver a disposição de se escutar um ao outro". Em sua opinião, não há paz sem diálogo "e isso é uma verdade no Golfo Pérsico e no Oriente Médio". (Folha de S. Paulo, 05/11/90)

Presidente da Albânia propõe reabertura de igrejas no país

O presidente da Albânia, Ramiz Alia, propôs uma mudança radical na Constituição do país, para restringir o monopólio de poder do partido comunista e suspender o banimento da religião, imposto em 1967.

As mudanças defendidas por Alia incluem a permissão para a reabertura das mesquitas e igrejas do país. Elas foram fechadas há 23 anos, quando o ex-presidente Enver Hoxha transformou a Albânia no único país oficialmente ateu no mundo. "A liberdade de consciência está sendo violada, porque assim como qualquer um tem o direito de ser ateu, também não se deve proibir ninguém de crer", afirmou Alia. O presidente pretende mudar os artigos 37 e 55 da Constituição. O primeiro estipula que "o Estado desconhece qualquer religião e apóia e desenvolve propaganda do ateísmo" e o segundo "proíbe as organizações de caráter fascista, antidemocrático, religioso ou anti-socialista". (Folha de S. Paulo, 09/11/90)

Bispos conservadores católicos lançam manifesto pró-censura

Quatorze bispos católicos do estado do Rio de Janeiro, entre eles o arcebispo dom Eugênio Sales, lançaram um "comunicado" criticando os "abusos" dos meios de comunicação social na divulgação da violência, pornografia, do roubo e da mentira. O arcebispo emérito de Niterói, dom José Gonçalves da Costa, um dos signatários, disse que a portaria 773, que atribui ao governo a análise prévia dos programas de TV, foi "louvada" durante a reunião da Regional Leste 1 da CNBB, no dia 7, no Rio.

O bispo de Duque de Caxias (a 20 km do Rio), dom Mauro Morelli, não assinou o comunicado. Ele participou apenas de uma parte da reunião e disse que manifestou sua opinião "contrária a esse tipo de documento". Ao conhecer a íntegra do documento, Morelli afirmou que, se estivesse na reunião até o final, não o assinaria. A vinculação com a portaria assinada pelo ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, é uma das razões da discordância: "Sou contra a

censura", declarou o bispo, identificado como "progressista". Também não assinaram o documento os bispos dom Adriano Hypólito (de Nova Iguaçu, a 35 km do Rio) e dom Romeu Brigenti (bispo-auxiliar do Rio), que não compareceram à reunião.

O presidente da Regional Leste 1 da CNBB, dom José Fernandes Velloso, bispo de Petrópolis (a 66 km do Rio), afirmou que a relação entre o documento e a portaria é "a relação do bom senso". "Estamos todos sentindo na pele a reação da sociedade, indignada com este excesso", disse.

Dom Mauro Morelli declarou que "gostaria de ver um documento que protestasse contra os grupos de extermínio" e que, por "coerência" com relação à sua "posição pastoral e política", não seria signatário de um documento que aborda "apenas um aspecto da moral". "Sempre fui contrário a todo tipo de censura. Esta foi uma das razões por que manifestei posição contrária ao documento", disse. (Folha de S. Paulo, 09/11/90)

Proposta de política indigenista é contestada

Dez organizações não-governamentais de apoio ao Índio divulgaram nota contestando as conclusões do relatório final do Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), entregue no dia 12 ao ministro da Justiça, Jarbas Passarinho. A seguir, a íntegra da nota.

“Após vários meses de imobilismo com relação à política indigenista, o governo Collor criou um Grupo de Trabalho Interministerial pelo decreto 99405 de 19 de junho deste ano, composto por representantes de onze órgãos governamentais coordenados pela Funai. Tendo como objetivo definir a ação do novo governo nesse campo, o que a rigor deveria ter sido feito antecipadamente à posse, o GTI se reuniu somente no início de setembro e as conclusões que agora encaminha ao ministro da Justiça, ao invés de simplificar e agilizar as ações do governo, complica; sobretudo no que diz respeito à regularização das terras indígenas, agrava o imobilismo e compromete o cumprimento dos dispositivos constitucionais.

“No dia 9 de outubro, várias organizações da sociedade civil e pessoas especializadas na questão receberam convites telegráficos da secretaria do GTI para se pronunciarem por escrito, com direito a apenas uma lauda, fazendo recomendações para política indigenista. Embora considerando a forma de convocação e participação no processo sumária e restritiva, as organizações abaixo-assinadas se reuniram e enviaram sugestões no dia 17 de outubro.

“Agora, ao tomar conhecimento do relatório final do GTI estranhamos a preocupação daqueles que o elaboraram de citar nominalmente todas as organizações e pessoas consultadas sem incorporar nem explicar a exclusão das propostas apresentadas.

“Analisando o documento final do GTI observamos os seguintes pontos que configuram o já mencionado agravamento do imobilismo na regularização das terras indígenas:

“— O documento prevê a necessidade de divulgar, por duas vezes, em momentos diferentes, o processo de decisão das Terras Indígenas, para manifestação dos ‘possíveis interessados’. Confundindo transparência do processo de decisão com aquilo que poderíamos qualificar como ‘leilão das áreas indígenas’, a nova sistemática deixa clara a intenção de abrir espaços para interesses contrários se manifestarem nos ‘intervalos’ de tramitação do processo de decisão, contrariando a própria Constituição que considera nulos os interesses incidentes sobre as Áreas Indígenas.

“— Está previsto ainda um prazo de um ano para atualização e adequação de todos os processos de demarcação já em curso às exigências da nova sistemática. Este tipo de expediente já foi utilizado pelos governos anteriores para obstruir a tramitação dos processos. Existem hoje centenas de processos absolutamente prontos, em condições de serem analisados e referendados, dependendo somente de vontade política para apreciá-los.

“As recomendações do Grupo sobre tutela são igualmente inaceitáveis, resgatando antigas propostas de emancipação dos índios. Procura estabelecer um mecanismo ‘automático’ de emancipação dos grupos indígenas, considerando-os emancipados caso não se manifestem expressamente em contrário. Pressupõe que todos os grupos indígenas existentes no Brasil hoje estariam em condições de entender e manifestar sua vontade sobre esta questão, o que é absolutamente irreal.

“Teríamos outras críticas a fazer ao documento, mas consideramos secundárias no momento. Esperamos que o ministro da Justiça tenha o bom senso de optar por procedimentos que agilizem o processo de regularização das terras indígenas, de acordo com os preceitos constitucionais que definem substantivamente esses direitos e estabelecem 1993 como prazo final para a demarcação das terras indígenas.”

Assinam a nota: União das Nações Indígenas (UNI), Centro Ecuemênico de Documentação e Informação (Cedi), Centro de Trabalho Indigenista (CTI), Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), Comissão Pró-Índio/São Paulo (CPI/SP), Centro Mari de Educação Indígena, Projeto Kaiowá-Nandeva (PKN), Comissão pela Criação do Parque Yanomami (CCPY), Instituto de Antropologia e Meio Ambiente (Iama), Fundação Mata Virgem (FMV). (CEDI, 12/11/90)

Lavra

A Polícia Federal está de olho na região do Lavrado, nos arredores de Boa Vista (RR), onde mais de 40 pistas de pouso localizadas em fazendas podem ser usadas por garimpeiros. (Folha de S. Paulo, 12/11/90)

Yanomami

O subprocurador da República Carlos Victor Muzzi retornou de Ro-

raima anunciando que 22 pistas em área Yanomami já foram explodidas e que toda a região norte de Surucucus se encontra interditada. (Folha de S. Paulo, 06/11/90)

Kaiowá e Guarani

Lideranças dos grupos indígenas Kaiowá e Guarani, em audiência com o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Cantídio Guerreiro Guimarães, reivindicaram a de-

marcação de cinco áreas indígenas ocupadas por eles no Mato Grosso do Sul. As áreas chamadas Jaguapiré, Piraquá, Paraguassu, Jarará e Cerito foram interditadas, mas ainda estão aguardando julgamento da Justiça Federal.

O problema está na possibilidade de os Kaiowá e os Guarani perderem suas terras na justiça, que em casos semelhantes, deu ganho de causa a fazendeiros. (Correio Braziliense, 09/11/90)

Cacique Xavante alerta que vai haver guerra

O cacique xavante Celestino, cuja morte a Funai anunciou equivocadamente em fins de outubro, esteve na Funai em Brasília para advertir que há risco de guerra e mortes entre os índios da Reserva de Parabubure, no Mato Grosso. A causa principal é a atuação do chefe do posto da Funai na área, Marino Xavante, que está introduzindo bebida alcoólica nas aldeias e aderiu a um fazendeiro interessado nas terras xavantes, segundo Celestino.

Celestino está sob a ameaça de morte desse fazendeiro, Wagner Nascimento, e há duas semanas teve de permanecer três dias escondido na selva, cercado por índios xavante ligados a Marino, depois de ter sido avisado de que ia ser morto por um posseiro enquanto caçava. O sumiço de Celestino gerou a notícia de sua morte em Brasília, desmentida um dia depois pela Funai em Cuiabá.

A Área Indígena Parabubure foi demarcada em 1979, por interferência direta de Celestino, líder principal dos 2.700 xavante que vivem em 28 aldeias. O conflito com o fazendeiro Wagner Nascimento vem desde então, porque na época da demarcação "estranhamente, foi esquecida uma área de 80 mil hectares de terras dos Xavante, que hoje pertence ao fazendeiro", segundo o superintendente da Funai em Cuiabá, Odenir Pinto de Oliveira. (*O Globo*, 10/11/90)

Fazendeiro contamina água em área Xavante

A Cetesb analisará o grau de contaminação de água do córrego de Alinhadas e da Lagoa Encantada pelo uso indiscriminado de agrotóxicos na plantação de soja de uma fazenda que faz limite com a Reserva Indígena de Sangradouro (MT), dos índios Xavante. Há informações de que a plantação teria invadido a área de domínio dos índios. O fazendeiro foi multado em Cr\$ 4 milhões pelo Ibama. (*Correio Braziliense*, 02/11/90)

Portaria proíbe arrendamento do Parque Indígena do Araguaia

A portaria nº 11.081 assinada pelo presidente da Funai, Cantídio Guerreiro Guimarães, dia 07 e publicada no Diário Oficial no dia 8 de novembro, proíbe o trânsito e a permanência de pessoas e gado no Parque Indígena do Araguaia, na Ilha do Bana-

nal, excetuando os "pertencentes aos índios". A 6ª Superintendência Executiva Regional da Funai em Goiânia deverá notificar os usuários para que desocupem as terras do Parque num prazo de trinta dias. (PIB/CEDI, 12/11/90)

O problema do arrendamento do Parque Indígena do Araguaia iniciou-se a partir da década de 60, quando a pecuária regional e de outros estados começou a se utilizar maciçamente das pastagens da Ilha para o gado durante a estação seca. Antes mesmo da criação do Parque Indígena em 1969 a Funai já cobrava arrendamento dos ocupantes e posteriormente passou a cobrar uma série de taxas. A ocupação das terras, principalmente no território Javaé, transformou-se num grave problema para muitas aldeias, cujos habitantes chegaram a ser retirados de suas terras por criadores, tiveram suas roças pisoteadas por gado etc. Muitas lideranças de aldeias passaram a cobrar taxas de arrendamentos dos ocupantes, dispostos a controlar por conta própria o aluguel de suas terras. Desde o início do ano passado o administrador da 6ª Suer demonstrou-se disposto a retirar os ocupantes do Parque, que somavam cerca de dez mil pessoas em 1978. A decisão vinha no rastro de uma série de ini-

ciativas dos próprios índios Javaé junto à Procuradoria Geral da República, que através do sub-procurador geral Carlos Muzzi encaminhava a expulsão dos arrendatários, que já haviam construído dois pequenos patrimônios dentro do Parque.

As lideranças de aldeia foram avisadas, em reuniões realizadas em Goiânia, das propostas de desocupação da Ilha feita pela Funai. Resta saber se os ocupantes do Parque acatarão o prazo dado pela 6ª Suer e se a proposta da Funai encontrará apoio suficiente nos Karajá e Javaé para se opôr aos interesses permanentes da pecuária regional, que através de sindicatos patronais e do governo do Tocantins já deu mostras de que não pretende se retirar da Ilha. Ao contrário: pensa seriamente em fazer com que a Ilha deixe de ser considerada território indígena, como demonstra o fracassado projeto de "municipalização" do Parque Indígena lançado ano passado pelo governo do Tocantins. (PIB/CEDI, 12/11/90)

Pedida a unificação da terra Maxakali

Uma comissão da Secretaria de Ação pela Cidadania entregou no dia 7 deste mês ao procurador da República José Carlos Pimenta um relatório sobre as condições dos índios Maxakali, em que pede a unificação das duas reservas, que são separadas por um corredor de fazendas, e a apuração de nove assassinatos de índios ocorridos nos últimos cinco anos. O último assassinato foi o de Osminio Maxakali em janeiro de 87, com sinais de estrangulamento.

A família do índio anexou ao relatório uma carta em que pede aos fazendeiros que não coloquem gado sobre a sepultura de Osminio, enquanto não forem descobertas as razões de sua morte. "Nós combinamos de enterrar ele lá, perto de onde apareceu morto, para tomar conta da terra, que agora é dele, que é do Maxakali. O Maxakali já está cansado de enterrar dentro da aldeia índio que fazendeiro mata", diz a carta. (*Jornal do Comércio/RJ*, 08/11/90)

Acordos no ABC superam contraproposta da Fiesp

O Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo e Diadema revelou que 14 empresas já concederam, através de acordos, reajustes salariais acima da contraproposta do Grupo 19 da Fiesp. Está previsto 160% de reajuste em novembro e 7,69% em dezembro com o desconto das antecipações.

Em Santo André, o sindicato firmou um acordo com um grupo de sete empresas. A maioria dos acordos na região do ABC assegura reajustes escalonados de 50% a 76% nos próximos três meses, enquanto a proposta da Fiesp nas grandes empresas resultaria em correções de, no máximo, 30% em novembro e dezembro.

Na Mercedes Benz, os 11 mil ho-

Juiz nega medida contra demissões na Embraer

O juiz da 2ª Junta de Conciliação e Julgamento de São José dos Campos, Sebastião de Almeida, negou medida cautelar do Sindicato dos Metalúrgicos contra as demissões na Embraer. Na sentença, o juiz declarou o sindicato ilegítimo como autor da medida. O sindicato contestou as demissões com base no acordo coletivo de trabalho, de junho de 1990, que prevê demissões coletivas somente após negociação com o sindicato. A Embraer demitiu 3.994 funcionários no dia 1º de novembro — cerca de 32% do total de funcionários. (*Gazeta Mercantil*, 09/11/90)

Suspensa interdição da Cerâmica São Caetano

O ministério Público do Estado de São Paulo suspendeu a interdição da Cerâmica São Caetano, em São Caetano do Sul, no ABC paulista. A punição aplicada à empresa foi suspensa porque ela assinou um acordo de 27 cláusulas com o Ministério Público e com o Sindicato dos trabalhadores da Construção Civil e do Mobiliário. Pelo acordo a empresa se compromete a indenizar os operários doentes e cumprir um

Batalha dos acordos

O acordo feito pelos metalúrgicos do ABC com quatorze empresas, que negociaram à parte das grandes empresas da Fiesp, é superior, na prática, aos 180% conseguidos pelos metalúrgicos de São Paulo e que foi alardeado como "o melhor nas atuais negociações", pelo seu líder Luís Anto-

nio de Medeiros. O destaque dado pela grande imprensa e a pressa com que Medeiros e diretores da Fiesp acertaram o acordo dão o que pensar numa época em que o sindicalista está empenhado com o lançamento de uma central sindical de resultados. (CEDI, 13/11/90)

ristas e parte dos quatro mil mensalistas se mantiveram em greve pelo segundo dia consecutivo. O vice-presidente da empresa, Luís Adelar Scheur, reiterou que as negociações estão sus-

pensas. A última proposta apresentada pela empresa foi de 15% em novembro, 10% em dezembro e 10% em janeiro. (*Folha de S. Paulo*, 09/11/90)

Ferrovários param por equiparação salarial

Os ferroviários da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU), em São Paulo, entraram em greve dia 8. Eles querem 260% de reajuste, o que corresponde a equiparação de salários com os funcionários da Ferrovia Paulista S.A. (Fepasa) e do Metrô. O piso da categoria é de Cr\$ 12 mil. O salário inicial de um maquinista é de Cr\$ 23 mil. A Fepasa e o Metrô pagam em média, o dobro dos salários da CBTU. Com a paralisação cerca de 900 mil passageiros ficaram sem transporte na Grande São Paulo. (*O Estado de S. Paulo*, 09/11/90)

CGT pretende se filiar à CIOSL

A CGT aprovou, no dia 13 de outubro, no Rio de Janeiro, proposta de filiação à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL). O pedido da CGT já teria sido aprovado pela Organização Regional Interamericana do Trabalho (Orit), encarregada das relações latino-americanas da CIOSL. A filiação, no entanto, não deverá ser tranqüila. Atualmente, a CUT mantém estreita relação com a CIOSL através de contatos com organizações sindicais européias a ela ligadas. Já a CGT conta com o apoio da AFL-CIO, a central estadunidense. (*Informe Sindical AJB*, 29/10/90)

cronograma para eliminar os riscos à saúde dentro da fábrica. A indenização é retroativa a no máximo vinte anos, a partir do ano em que a doença foi constatada.

O acordo prevê ainda cursos para os trabalhadores da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) da fábrica, que agora também terá a participação do sindicato. Operários demitidos neste ano com a doença serão readmitidos. Os doen-

tes e os afastados terão garantia de emprego e salário.

A fábrica foi interditada no dia 23 de outubro depois que foram constatados vinte casos de funcionários portadores de silicose — doença que não tem cura e é causada pelo pó de sílica em cerâmicas e vidrarias que não têm condições adequadas de trabalho e equipamentos de segurança. (*Gazeta Mercantil*, 08/11/90)

CUT e Fiesp têm proposta comum

A CUT e a Fiesp passaram por cima de suas divergências e decidiram elaborar proposta conjunta a ser apresentada nas negociações do pacto. Ambas estão insatisfeitas com o governo. A CUT reclama da falta de uma política de reposição de perdas salariais e a Fiesp das altas taxas de juros. (*Folha de S. Paulo*, 14/11/90)

Medeiros fala com Brizola de nova central

O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo e da Confederação Nacional dos Trabalhadores Metalúrgicos, Luís Antonio Medeiros, conversou com o governador eleito do Rio, Leonel Brizola, sobre a formação da Força Sindical, uma central alternativa à CUT e à CGT. O encontro, solicitado por Medeiros, aconteceu na casa de Brizola, em Copacabana, e marcou um novo passo na aproximação entre os dois.

Brizola aproveitou o encontro para reiterar as críticas que sempre faz à CUT, afirmando que "os partidos têm que ser solidários com os sindicatos, mas nunca patrociná-los". A mesma argumentação foi usada por Medeiros, que chamou a CUT de braço do PT. (*O Globo*, 08/11/90)

FSM discute seu destino

A Federação Sindical Mundial (FSM) reúne-se em congresso de 13 a 20 de novembro, em Moscou, para discutir o seu destino. Com as mudanças no Leste Europeu, a central comunista, que reivindica a representatividade de 70 milhões de trabalhadores, está se esvaziando, a tal ponto que diversas centrais sindicais nacionais já se desfilaram. O congresso que contará com a participação de representantes da CUT irá estudar duas alternativas: a autodissolução da FSM ou uma possível integração à Confederação Internacional de Organizações Sindicais Livres (CIOSL), de tendência social-democrata. (*Informe Sindical AJB*, 29/10/90)

CUT critica adiamento da reunião do pacto

O adiamento da reunião do pacto social, marcada para o último dia 13, desagradou à CUT e aos empresários. A justificativa do ministro da Justiça, Jarbas Passarinho, para desmarcar o encontro foi que a Subcomissão de Capital e Trabalho não conseguiu elaborar uma proposta de recomposição de salários, para apresentar aos trabalhadores. O secretário-geral da CUT, Gilmar Carneiro dos

Santos, acha que o cancelamento da reunião é mais "uma brincadeira". Ele acredita que o governo quer ganhar tempo para formar um bloco de sustentação no Congresso, e aprovar a MP 256, que estabelece o reajuste salarial pela média dos últimos 12 meses, cuja retirada tinha sido proposta pela CUT como pré condição para qualquer tipo de acordo. (*Jornal da Tarde*, 12/11/90)

PCB oficializa adesão à CUT

Uma comissão de dirigentes sindicais ligados ao PCB comunicou oficialmente ao presidente da CUT, Jair Meneguelli, a adesão dos sindicatos ligados ao partido à central. Essa decisão foi tomada por cerca de 80% dos 257 dirigentes reunidos pelo PCB em outubro, quando o partido criou a Coordenação Nacional dos Sindicatos do PCB.

Os comunistas ainda não sabem quantas entidades se filiarão à CUT nesse processo. No próximo dia 30 uma reunião dos sindicatos, ligados ao partido, definirá isso com precisão. Os sindicatos do PCB querem entrar na CUT como mais uma tendência, Unidade Sindical, mas só no 4º Congresso Nacional da Central, em 1991, poderão entrar na executiva.

Uma parcela significativa dos sin-

dicatos ligados aos comunistas — como os metalúrgicos e portuários de Santos e os petroleiros de Duque de Caxias — não concordou com a decisão do encontro de outubro e está participando das articulações lideradas pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luís Antonio de Medeiros, para a criação de uma nova central sindical, a Força Sindical, como alternativa à CUT.

Mesmo assim, entre os sindicatos que resolveram aderir à CUT, há categorias de peso como os eletricitários de Minas Gerais e Pernambuco e os bancários do Distrito Federal. Neste ano, a CUT já conseguiu também a adesão formal dos sindicatos ligados ao PC do B. (*Gazeta Mercantil*, 12/11/90)

Benzeno mata em Camaçari

Dois mortes de operários na fábrica da Nitrocarbono, no começo de novembro, e constatação de 22 casos de leucopenia (diminuição de glóbulos brancos no sangue) causados por alta concentração de benzeno no organismo no Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, levaram o ministro da Saúde, Alcení Guerra, o secretário do Meio Ambiente, José Lutzenberger, e o secretário de Ciência e Tecnologia, José Goldemberg, a visitar aquele centro industrial e tomar cinco providências que, segundo eles, poderão solucionar o problema.

A primeira iniciativa será a investigação clínica rigorosa das duas mortes na Nitrocarbono. Além dela, os 27 mil trabalhadores do Pólo que manipulam benzeno serão submetidos a exames de sangue para verificação do índice do produto no organismo. As outras providências são: implantação de monitoramento para medir o índice de gás tóxico no ar, modificação da legislação que fixa o índice máximo permitido de benzeno no ar e, por último, aplicação de multas às fábricas. (*Correio Braziliense*, 02/11/90)

Educadores querem votação imediata da lei do ensino



Ivany Rodrigues Pino, da Unicamp, que participou do 2º Seminário do Fórum Paraense de Educação, disse que a expectativa dos

educadores é que o Congresso Nacional vote a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) antes de ser renovado. "Queremos a aprovação da lei ainda nesta legislatura, pois o projeto precisa ter continuidade", afirma Ivany. O projeto, em tramitação na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara Federal, espera o parecer da deputada Sandra Cavalcanti (PFL-RJ). Os educadores temem que o novo Congresso Nacional demore muito

tempo discutindo a nova lei, que corre o risco de não ser aprovada em sua totalidade, já que alguns parlamentares podem interferir no processo.

A nova LDB, segundo a educadora, defende a escola pública e gratuita como direito do cidadão brasileiro. Entre os principais avanços da nova lei está a modificação na composição do Conselho Federal de Educação (CFE). Ivany Pino disse que o novo CFE, além de contar com a participação do MEC e representantes da área política do governo, agora terá representantes da sociedade civil organizada. Outro avanço importante é a proposta de o Fórum Nacional de Educadores se encarregar de traçar a política nacional de educação. "Infelizmente, o Fórum terá somente o caráter consultivo", afirmou

Ivany. "De acordo com a nova LDB será garantida a escola de padrão unitário de qualidade, os 200 dias letivos e as 800 horas de aula, isso tudo articulado à criação de um plano de carreira para os professores, que garanta a melhoria salarial e capacitação adequada", enfatizou.

Com a nova lei, nenhuma escola poderá mais exigir idade máxima para o ingresso no quadro e os cursos supletivos deixarão de existir após contados três anos de aprovação da lei. "Defendemos a educação popular, voltada para os adultos trabalhadores. No caso, o horário escolar seria articulado ao horário de trabalho e as empresas garantiriam, quando necessário, a oportunidade de o empregado estudar, com salário integral", disse. (*O Liberal*/Belém, PA, 08/11/90)

Chiarelli libera verbas no ES ao lado de candidato

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, assinou no dia 9 convênios no valor de Cr\$ 1,2 bilhão com 28 prefeituras do estado. Chiarelli despachou as verbas em companhia do líder do governo no Senado, José Ignácio, candidato a governador pelo PST. A visita foi programada como evento de campanha para atrair o apoio dos prefeitos.

Na avaliação de Ignácio, a máquina do governador do estado, Max Mauro (sem partido), conseguiu conquistar o apoio de pelo menos 50 dos 67 prefeitos capixabas para o candidato Albuino Azeredo (PDT).

Com larga desvantagem na última pesquisa do Ibope (51% contra 19%), o candidato do PST passou dois dias em Brasília preparando o encontro do ministro com os prefeitos. "Este acontecimento de hoje vai ser o começo da nossa virada", disse Ignácio. "Quero deixar claro que foi uma visita de trabalho, e o ato apenas coincidiu com a disputa do segundo turno", afirmou o ministro Chiarelli. (*O Estado de S. Paulo*, 10/11/90)

Mudanças no salário-educação agradam empresários

O ministro da Educação, Carlos Chiarelli, lançou as bases de uma campanha para modificar as regras do salário-educação, que passaria a ser destinado aos trabalhadores ou aos seus dependentes, custeando seus estudos em escolas de 1º grau privadas.

O ministro Chiarelli esteve reunido com empresários discutindo as modificações que o governo federal pretende introduzir no salário-educação. Segundo o ministro, essas mudanças fariam com que as empresas, ao invés de simplesmente arrecadar seus recursos do salário-educação, "sem destino, entregando-o ao governo como uma contribuição genérica, façam essa arrecadação já destinando-a, como a lei permite, aos trabalhadores, para que possamos ter um aproveitamento local em favor do custeio da educação do trabalhador brasileiro".

O ministro disse que os empresários ficaram surpresos com a proposta de modificar as regras do salário-educação, achando-a "boa demais". Na visão de Chiarelli, "os empresários se mostraram entusiasmados". (*O Dia*/São Paulo, SP, 02/11/90)

Medida nega prioridade à escola pública

O salário-educação foi criado com a finalidade de combater o analfabetismo no Brasil. Seu objetivo básico foi o de "suplementar as despesas públicas com a educação elementar". É uma contribuição patronal devida pelas empresas comerciais, industriais e agrícolas, e destinada ao financiamento do ensino de 1º grau dos empregados ou dos seus filhos. A proposta do ministro Chiarelli, de aplicação direta desses recursos pelas empresas, esquece o que houve em 1983, quando se constataram inúmeras fraudes na articulação direta entre empresas e escolas privadas. Entre as mais comuns: cobrança de mensalidades além das bolsas do salário-educação; apresentação de bolsistas "fantasmas"; escolas que recebiam mais bolsas do que sua capacidade de matrícula. Note-se que tais fraudes ocorreram com escolas fiscalizadas pelo MEC. (CEDI, 12/11/90)

Estudantes vão processar governador baiano

Por orientação da seção baiana da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), os estudantes e professores da rede pública vão processar o governador baiano Nilo Coelho por perdas e danos pelas más condições das escolas e descumprimento do calendário escolar, segundo Henrique Carballal, 19, presidente da União Metropolitana dos Estudantes Secundaristas (Umes). A ação popular será feita

por cada estudante prejudicado. "Queremos que nossos pais sejam indenizados, pois pagaram transporte, uniforme e material escolar e não tivemos aulas. Há casos de alunos que só tiveram meia hora de aula por semana", comentou Carballal.

Cerca de cem estudantes realizaram no dia 8 uma manifestação de protesto contra a situação de abandono das escolas, que está sendo denun-

ciada pela Umes desde janeiro, quando Nilo Coelho determinou o fechamento de 2700 unidades de ensino público no estado, de um total de 4500. "Dos 1,8 milhão de estudantes no estado, estimamos que 15 mil já estão reprovados, sem contar com a evasão. Até o final do ano, o número de reprovados pode chegar a 200 mil", diz Carballal. (*Jornal do Brasil*, 09/11/90)

100 mil alunos têm horário menor no RJ

A extinção do terceiro turno nas escolas da rede pública figura sempre como uma meta a cumprir. Atualmente, no estado do Rio de Janeiro, cerca de 100 mil alunos têm carga horária diária de apenas três horas e meia, incluindo o recreio. Mas por que é tão difícil cumprir a meta? As secretárias de Educação enumeram razões parecidas: falta de vagas e precariedades dos prédios escolares, que obriga o realocamento de alunos em escolas da redondeza. "É impossível trabalhar qualidade em um aluno que fica três horas e meia por dia na escola", reconhece a secretária Fátima Cunha. Nos dias de matrícula na Escola Bahia, em Bonsucesso, por exemplo, as filas começam a se formar de madrugada: são mães de crianças das favelas que procuram garantir uma vaga. Por isso, o terceiro turno é uma prática adotada ali há mais de quinze anos. (*O Globo*, 11/11/90)

Sepe reelege Florinda

Com cerca de 63% do total dos votos, a chapa 1, "Sepe que te quero forte", encabeçada por Florinda Lombardi, atual presidente do Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação (Sepe) do Rio de Janeiro, foi vencedora. Florinda permanece à frente dos seus associados, comandando-os na luta contra o baixo salário e pela elevação do nível da escola pública. (*Jornal dos Sports/Rio de Janeiro*, RJ, 06/11/90)

Déficit de professores é de 18% no DF

Haverá déficit de professores da ordem de 18%, do total que hoje leciona na rede pública, em 1991, segundo a previsão da Secretaria da Educação do Distrito Federal.

Dos 20 mil professores, 2,5 mil estão pedindo aposentadoria e com a ampliação da rede escolar em 1991 serão necessários mais mil professores.

Além disso, segundo a secretária Malva Queiroz, 90% dos servidores são mulheres "e a licença gestante tem se transformado num drama, pois uma média de 400 pedidos são feitos mensalmente, excetuando os

outros tipos de licença. Por tudo isso a carência de professores no próximo ano será assustadora".

Malva Queiroz afirmou que "das 500 escolas, 100 terão três turnos" em 1991. Mesmo com a previsão do surgimento de mais 125 mil vagas, a medida que novas escolas forem sendo construídas, a ampliação "apenas acabará com o turno da fome e reduzirá o número de alunos em sala de 45 para pelo menos 35", sem representar um acréscimo real de novas vagas para absorver a demanda. (*Correio Braziliense*, 01/11/90)

Goiás antecipa fim do ano letivo

As escolas estaduais de Goiás vão antecipar o encerramento do ano letivo, previsto inicialmente para o dia 22 de dezembro, para o dia 14. De acordo com a delegada de educação, Maria Ila de Oliveira, o motivo são as dificuldades do estado com a quitação da folha de salários do funcionalismo.

Cerca de 400 estudantes do muni-

cípio de Formosa realizaram no dia 6 uma manifestação em protesto contra a situação do setor educacional. Segundo o representante dos alunos, Lenilson d'Abadia, "as escolas estão sofrendo com o abandono em que se encontram e os professores não têm estímulo para lecionar devido aos atrasos dos salários". (*O Popular/Goiania*, GO, 06/11/90)

Diretoras serão eleitas em MG

As escolas estaduais de Minas terão eleições diretas para diretora, sem precisar passar pelo aval dos políticos da região. A garantia foi dada pelo secretário de Educação, Gemaiel Herval, à direção do Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação (Sute-MG), resgatando uma briga an-

tiga da categoria. No governo de Hélio Garcia, foi acordada uma data para a realização de eleições diretas nas escolas — 14/12/86 —, o que não aconteceu. Agora poderá ampliar-se a democracia dentro da escola. (*Hoje em Dia/Belo Horizonte*, MG, 02/11/90)

Rabino ultranacionalista é assassinado nos EUA

O rabino Meir Kahane, fundador da organização de extrema direita Liga da Defesa Judaica, foi assassinado na noite do dia 5 logo após dar uma palestra no hotel Marriot East de Nova York. O suspeito do crime, El Sayed Noseir, foi baleado ao tentar escapar do local e encontra-se em estado grave.

Kahane tinha 58 anos e era um dos principais líderes israelenses de linha abertamente antiárabe. Ele defendia a expulsão de todos os palestinos de Israel. Kahane estava há cer-

ca de uma semana em Nova York e participava de um encontro da Organização Emergência Sionista do Resgate e Evacuação, no hotel Marriot East, na região central de Manhattan.

Às 21h05, Kahane terminou seu discurso para cerca de 100 pessoas e estava sentando novamente na mesa, quando levou um tiro no pescoço. Segundo depoimento de testemunhas, Noseir havia assistido a palestra de Kahane, tendo sido interpelado antes pela segurança do rabino, sem que fosse retirado do recinto.

Após o disparo contra o rabino, ainda de acordo com as testemunhas, Noseir alvejou Irving Franklin, 73, na perna, enquanto tentava escapar. Ao sair do hotel, Noseir ameaçou um motorista de táxi com sua arma, obrigando-o a lhe ajudar. Um policial de uma agência de correios, Carlos Acosta, foi em socorro do motorista. Os dois trocaram tiros. Noseir foi atingido no queixo e o policial, que vestia um colete a prova de balas, no braço. (Folha de S. Paulo, 07/11/90)

Guatemala: Carpio e Serrano no 2º turno

Apurados 90% dos votos das eleições presidenciais na Guatemala, os dois primeiros colocados, jornalista Jorge Carpio, do partido União de Centro Nacional (UCN), e o conservador Jorge Serrano, do Movimento de Ação Solidária (MAS), estavam em empate técnico. Carpio tinha 25,61% dos votos, e Serrano, 24,06%. Como nenhum obteve os 50% mais um de votos necessários para a vitória no primeiro turno, disputarão uma segunda rodada, em 6 de janeiro.

Em terceiro lugar, com 17,76%, estava o ex-prefeito da capital guatemalteca, Alvaro Arzu, que teve forte apoio da ala conservadora do setor empresarial. O general Efraín Rios Montt, favorito nas pesquisas iniciais, foi impedido de disputar por seu passado de ditador. (O Estado de S. Paulo, 14/11/90)

Albânia anuncia abertura política

O presidente da Albânia, Ramiz Alia, após reunião de dois dias do comitê central do Partido do Trabalho (comunista), propôs ampla reforma constitucional para reduzir o poder do PC e abolir o ateísmo oficial, em vigor desde 1967. Criticou duramente os que se opõem ao processo de reformas políticas iniciado em maio e advertiu que o PC precisa se tornar mais democrático para sobreviver.

Alia anunciou que uma nova lei eleitoral deverá ser aprovada nas próximas semanas pelo Parlamento, embora não inclua a legalização de outros partidos. Mas as eleições de fevereiro — as primeiras com algum grau de liberdade em mais de 45 anos — poderão contar com a participação de candidatos independentes ou ligados a organizações toleradas pelo Estado. (Jornal da Tarde, 09/11/90)

Irlanda elege mulher para presidente

Mais jovem professora de Direito da Irlanda, Mary Robinson tornou-se também a primeira mulher eleita presidente do país, conforme os resultados das eleições. Com uma vantagem de 86 mil votos, essa advogada de 46 anos venceu o candidato governista Brian Lenihan.

Mary Robinson foi beneficiada

com mais de 200 mil votos que recebeu como segunda opção do eleitor, uma característica do sistema eleitoral irlandês. O eleitor indica a primeira e a segunda opções e, se nenhum candidato conseguir a maioria, a segunda preferência é usada de forma ponderada para apontar o vencedor. (O Globo, 10/11/90)

Aconteceu

CEDI — Centro Ecumênico de Documentação e Informação
Rua Santo Amaro, 129 — 22211 — Rio de Janeiro — RJ
Av. Higienópolis, 983 — 01238 — São Paulo — SP

PORTE PAGO
DF/RJ
ISR - 52-655/87



UP-CT PRINCIPAL